



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ROBERTO TRÍPOLI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 28 DE FEVEREIRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- 
- Notas taquigráficas sem revisão

**O SR. PRESIDENTE (José Américo)** – Estão abertos os trabalhos.

Gostaria de chamar para compor a Mesa os Srs.: Roberto Tripoli, Vereador e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que presidirá os trabalhos dessa audiência pública; João Antonio, Secretário Especial de Relações Governamentais e Marcos de Barros Cruz, Secretário de Finanças.

O Sr. Secretário Marcos Cruz fará a exposição e, em seguida, fica à disposição para esclarecer as dúvidas dos Srs. Vereadores.

- Assume a presidência o Sr. Roberto Tripoli.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Boa tarde às senhoras e senhores.

Daremos início, então, à explanação do Sr. Secretário, que durará cerca de trinta minutos e, em seguida, as Sras. e Srs. Vereadores podem fazer seus questionamentos.

Sejam bem-vindos, Secretário Marcos Cruz, pela primeira vez, e Secretário João Antonio, Vereador e nosso colega durante muito tempo nessa Casa.

Tem a palavra o Sr. Marcos Cruz.

**O SR. MARCOS CRUZ** - Boa tarde a todos. Obrigado, Sr. Presidente, pela recepção. É um prazer estar aqui.

O objetivo hoje é, de acordo com a Lei Federal da Responsabilidade Fiscal, passar o balanço do último quadrimestre do ano passado. Esse é o fechamento das contas de 2012 da Prefeitura.

- Apresentação em *power point*.

**O SR. MARCOS CRUZ** - Apresentarei primeiro as receitas, depois as despesas,

passarei um pouco pelos resultados, limites das dívidas e, em seguida, abrirei para as perguntas.

Vamos começar com receitas. A Prefeitura fechou o ano de 2012 com uma receita total de 37 bilhões. Isso significou um crescimento de 15% em relação ao ano anterior e 10% de crescimento real.

Essa receita é composta das receitas correntes, as quais cresceram 4.8% em valores reais, e das receitas de capital que cresceram, de forma significativa à emissão dos Cepacs.

Os gráficos abaixo mostram o crescimento de receita nos últimos anos.

Dentro das receitas correntes, esse quadro mostra o detalhamento da receita tributária, contribuições patrimonial, serviço e transferências.

Como os senhores podem ver o crescimento das receitas tributárias foi bastante significativo. Aqui podem as receitas das coletas dos impostos.

Na próxima página está a composição das receitas. No Município, 50% das receitas são tributárias.

Entre as receitas correntes, essas são as principais receitas da Prefeitura: IPTU e ISS continuam sendo as principais receitas, teve um bom crescimento no ano passado, da ordem de 4.6% em valores reais, o que totalizou 12% de crescimento nominal e 6% de crescimento real.

Esse gráfico mostra o crescimento dos últimos anos. O ISS é a receita que mais cresce, seguida do IPTU e, depois, do ITBI.

Transferências são as outras receitas correntes que vêm principalmente da União e dos Estados. Então, aqui, temos o Fundo de Participação dos Municípios, o ICMS e o IPVA.

Passando, agora, para o segundo bloco de receitas.

São as receitas de capital que tiveram um crescimento significativo em 2012 devido à emissão de Cepacs, principalmente da Operação Águas Espreadas.

Esses recursos estão no caixa da Prefeitura e ainda não foram todos gastos. Então, teve um crescimento significativo.

Essa é a composição das receitas de capital, totalizadas, do ano de 2012. São 60% de alienação de bens, que se referem à emissão dos Cepacs.

Comparando a receita que foi orçada e aprovada, no Orçamento, com a realizada, vemos que na receita corrente foi 99.8% de realização – bastante em cima da previsão -, já na receita de capital ficou substancialmente abaixo da previsão e a principal variação foi a não efetivação de transferências de capital que estavam previstas no Orçamento.

Então, de um Orçamento previsto de 4.3 bilhões, apenas 2.8 bilhões foram efetivados. Quando comparamos a arrecadação própria dos impostos da Prefeitura com a dos impostos dos Estados e da União, esse quadro mostra que os impostos da Prefeitura cresceram de forma mais forte que os do Estado e da União. Essa é uma boa notícia para o Município, e deve continuar assim em 2013. Isso fecha a parte de receita.

Falarei agora um pouco das despesas, que totalizaram 36,6 bilhões e cresceram 13%, sendo 7,5% real. A despesa corrente teve uma taxa de crescimento de 12%, e a despesa de capital, 18%. Dentro das despesas correntes, as que mais chamaram a atenção em relação a crescimento foram as outras despesas, que incluem contratos e serviços de PJ, que cresceram 15%, ou seja, 9,6% acima da inflação.

Estes foram alguns dos maiores gastos de 2012: a compensação tarifária – a que teve maior variação de crescimento nominal real – e outras contas que tiveram crescimento significativo.

As despesas de capital tiveram um crescimento de 18%; então, houve um aumento importante no investimento da Prefeitura de 2011 para 2012, que conseguiu crescer quase 18% em valores nominais. A amortização da dívida e a inversão financeira tiveram um crescimento de acordo com a receita.

Esses foram os principais investimentos feitos no ano, que totalizaram 3,6 bilhões,

o maior volume tendo sido dedicado a acesso a moradia seguido de melhoria da mobilidade urbana. Lembro que 3,6 bilhões da Prefeitura representam por volta de 9% da receita, os quais foram gastos em investimento.

Este quadro – já mostrado nesta Casa em momentos anteriores - mostra o comprometimento da receita própria. Se pegarmos 100% da receita gerada, tributárias e transferências tributárias, 66% são compromissadas com despesas constitucionais e legais. Neste quadro, estão incluídos os compromissos com educação, saúde e outros. Além disso, mais 12% são comprometidos com o pessoal, sendo inadiáveis. Depois há mais 12% de despesas não comprimíveis, que são grandes contratos de concessão e contratos já firmados. Isso faz com que, da receita própria, só 9,7% sejam liberados para outros custeios e para investimento, o que demonstra a baixa margem de manobra para investimento.

De receitas, já havíamos falado: a Prefeitura fechou um pouco abaixo na questão da receita de capital, mas isso foi compensado também com a diminuição da despesa, orçada em 38,7% e que fechou em 36,4%, de forma que o resultado do período foi um superávit de 54 milhões.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Eu pediria licença ao Secretário para dar um informe. Como estou vendo somente Vereadores neste plenário, quero lembrar que esta reunião trata-se de uma audiência pública da Douta Comissão de Finanças e Orçamento. Assim, peço ao Presidente da Mesa, nobre Vereador José Américo, que determine a liberação do plenário a todos os presentes na galeria que quiserem descer e participar. Qualquer cidadão poderá entrar e fazer indagações ao Secretário. Era o que eu tinha a dizer.

Peço que continue, Sr. Secretário.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Obrigado.

Esse gráfico mostra o resultado primário dos dois últimos anos. O resultado

primário – que é a diferença entre a receita primária e a despesa primária – havia ficado em 2,9 bilhões em 2011 e em 2,7 bilhões em 2012, ainda bastante acima, o que é positivo, da meta fiscal definida na LDO.

O resultado nominal – que é a variação da dívida da Prefeitura – ficou, em 2012, em 4,9 bilhões quando a meta da LDO era de 8,6 bilhões. Aqui é importante frisar que menor é melhor. Então, o fato de ele ter ficado abaixo da meta da LDO é positivo.

A dívida líquida da Prefeitura fechou o ano em 62,6 bilhões de reais, também abaixo da dívida definida na meta da LDO, que era de 66 bilhões. Em relação ao caixa, no fechamento do ano, a Prefeitura tinha nos seus caixas 5.6 bilhões de reais na virada do ano. Desses 2.6 bilhões são vinculados as operações urbanas, ou seja, só podem ser gastos nas obras de intervenção urbana, nas áreas definidas, principalmente Águas Espraiadas e Faria Lima; 1.1 bilhões são caixas vinculadas a fontes muito específicas, principalmente da Saúde e alguns outros fundos. Existiam restos a pagar de 1.9 bilhões e o disponível para gasto extra, tirando o que já estava comprometido ou vinculado era de 40 milhões.

Olhando os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, do qual a Prefeitura é obrigado a respeitar, o primeiro deles, despesas com pessoal. O limite máximo de 60%, a Prefeitura está em 34.26%, está bem longe do limite. De forma similar, na garantia de valores, o limite é de 22%, a Prefeitura só tem 0.14% e operações de crédito, também, a Prefeitura está abaixo do limite, porque ela não toma crédito hoje. Em relação a esses três limites da LRF a Prefeitura não tem nenhuma complicação.

A questão da Prefeitura, como os senhores conhecem, a questão da dívida. Esse quadro mostra bem a nossa situação. A primeira coluna 63 bilhões, é a dívida consolidada líquida atual. Se estivéssemos respeitando a trajetória desejada definida com o Governo Federal, na década passada, deveríamos ter 44 bilhões. Então tem uma diferença de 19 bilhões a mais. E se conseguíssemos atingir o limite que é desejado de uma 1,2 vezes a receita deveríamos ter uma dívida de 37.8. Então 25 bilhões. Falando de uma outra forma,

temos 25 bilhões a mais de dívida do que o que nós deveríamos ter.

Esse gráfico, em azul, mostra o limite de endividamento previsto pelo Governo Federal, no qual os Municípios deveriam se adequar e a linha vermelha mostra a trajetória da Prefeitura. Fica muito claro nosso descolamento. Temos de fato uma situação, bastante complicada, porque em 2016 se a Prefeitura e o Município de São Paulo, não atingir 1.2, têm uma série de restrições que vão se aplicar. Por isso é importante o processo que está sendo tramitado no Congresso Federal de renegociação da dívida.

Só no ano de 2012 começamos um ano com um saldo devedor de 48 bilhões. Devíamos ter pago uma prestação de 8.1. Pagamos uma prestação de 2.9 e se adicionou ao resíduo 5.1. Porque não pagamos toda a prestação devida? É pelo contrato existia um limite de comprometimento máximo da receita de 13%. Pagamos o limite, de forma que o saldo devedor, só cresce exercício após exercício. Se olharmos, desde o início do contrato a dívida que foi pactuada em 99 de 10.5 bilhões, já pagamos 19.5 bilhões e ainda devemos 53 bilhões. É uma dívida impagável, nos termos atuais.

Como é mostrado nesse próximo gráfico, que explicita a importância da tramitação do projeto de lei que está hoje no Congresso Federal. A linha azul mostra a evolução do saldo devedor da dívida nos mantidos termos do contrato atual onde pagamos o GPBI mais 9%. Até 2030, quando deveríamos ter quitado 100% da dívida, na verdade ela só cresce, terminaríamos acima de 160 bilhões. Se for aprovado no Congresso Federal o projeto de lei que muda o indexador da dívida conseguiremos pagar até 2030 a nossa dívida e ao longo desse processo abrir espaço para outras operações crédito. Portanto aumentar a capacidade de investimento do município.

Finalizando, coloco quatro pontos importantes: ainda como esse é balanço da gestão anterior e das contas do ano passado, o que fica dessa apresentação é a importância da redução do custeio. A despesa corrente cresceu mais rápido do que a receita corrente. É preciso adequar isso. É preciso aumentar a capacidade de captação de recursos federais e

estaduais. Também mostrada a receita de transferências, que foi abaixo do desejado. Acho que todos nós temos de trabalhar em cima disso; a renegociação da dívida que, neste momento, está no Congresso Federal para, com tudo isso, aumentar a capacidade de investimento.

Com isso, agradeço, encerro e passo a palavra ao Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Muito obrigado, Sr. Secretário.

Primeiramente, vou passar aos Srs. Vereadores da douta Comissão de Finanças e Orçamento. Não havendo Vereador de Finanças e Orçamento, vamos dar sequência, o Vereador Floriano Pesaro, Líder do PSDB, já aguarda. Depois da minha pergunta, com certeza, ele vai fazer alguma pergunta a V.Exa.

**O SR. FLORIANO PESARO** – V.Exa. vai perguntar primeiro?

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Se me permitir? Eu aguardo V.Exa.

**O SR. FLORIANO PESARO** – É o Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Então, muito obrigado.

Gostaria de relembrar um pouco. O Vereador Paulo Fiorilo está aqui e tem uma boa memória em relação à Comissão de Finanças e eu, como Vereador já há muitos anos aqui. V.Sa. disse que essa dívida é impagável. Sabe que essa dívida de 60 começou – me parece – com 4 ou 5 bilhões.

No Governo Marta Suplicy, que o Vereador João Antônio, Deputado e Secretário, lembra bem disso, a Prefeita Marta – o senhor falou aqui num momento que se tivesse o pagamento na década passada - e quando falou na década passada, falou no Governo Marta Suplicy, o qual se tivesse pago o juros, nós não teríamos essa dívida que nós temos hoje. A dívida hoje chegou a 60 bilhões. Eu me recordo: há pouco tempo era 30, 40, e o Vereador Wadih Mutran acompanhou todo esse debate. Hoje, estamos em 60. Para investimento, precisamos discutir essa dívida com o Governo Federal, e nós estamos dependendo da manifestação do Congresso – porque essa dívida é impagável. E se o Congresso não votar

essa questão nós vamos ficar sem investimento? E a pergunta que faço: quanto nós pagamos dessa dívida por mês e por ano, São duas as questões então: nós vamos depender do Congresso Nacional, que é como o Parlamento desta Casa, quem sabe não vote. Não votando, nós não temos dinheiro para investimento. E de que forma o senhor pensa em investir sem resolver a questão da dívida, quer foi prejudicada no Governo Marta Suplicy, porque todo esse aumento de 15 bi – me parece – foi porque a Prefeita Marta não pagou o juros naquele momento. Se eu estiver errado, o Vereador Paulo Fiorilo que acompanha tanto pode me corrigir. Mas a pergunta no momento é essa, Sr. Secretário.

Como é que fica o investimento se o Congresso não votar e não alivias as dívidas – não só do Município de São Paulo – porque isso acontece – esse é um problema do Brasil inteiro.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Primeiro, respondendo a parte final da pergunta, nós pagamos 4 bilhões por ano de dívida. A dívida original, gerada em 1999, foi de 10 bilhões; se tivesse sido feita a amortização, a dívida atual seria algo como 10 bilhões a menos. Então, ela continuaria impagável, mesmo com a amortização, porque o juros de GPDI mais 6, que seriam aplicados, continuariam gerando um resíduo, porque a diferença que aconteceu entre o GPDI mais 6 ou 9 e a SELIC. Então, de fato, não tendo uma negociação do Congresso, a Prefeitura precisa buscar outras fontes de financiamento.

Eu acho que buscar recursos de outros governos, como a pactuação hoje feita entre o Prefeito e o Governador Alckmin, para o Programa de Moradia Popular, e devem vir outras na sequência, além de recursos do Governo Federal.

Hoje, a transferência per capita de recursos correntes da União para o Município de São Paulo é menos da metade do que a média da transferência per capita de recurso para outras capitais do Sudeste e é um quarto do que vai para Belo Horizonte, por exemplo.

Se nós conseguíssemos igualar a quantidade de recursos de Belo Horizonte, nós teríamos 3 bilhões a mais, significaria dobrar a capacidade de investimento. Acho que isso é

uma coisa que está no nosso alcance.

Agora, de fato, está nas mãos do Congresso, porque isso é uma lei a questão do indexador.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Muito bem. É bom que todas saibam, porque nós pagamos 10% do nosso orçamento por ano, por uma dívida contraída há muitos anos.

A Comissão de Finanças e Orçamento já fez um Seminário debatendo essa questão.

Nós torcemos – essa é uma questão particular – que o Prefeito Fernando Haddad faça um bom Governo e que a Cidade tenha esses recursos.

Mas é bom que a sociedade conheça a dívida que temos, como nós conseguimos essa dívida e o valor que nós pagamos por ano. São 4 bilhões e pagamos 10% do Orçamento anualmente.

Tem a palavra ao nobre Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO (PT)** – Sr. Presidente, muito obrigado.

Saúdo a presença do Sr. Secretário. Trago duas observações.

A primeira, acho que o Vereador Tripoli apontou, com propriedade, e que é a preocupação com a dívida.

Olhando o quadro que foi apresentado, o extrato do contrato com o Tesouro Nacional, na página 17, percebo que havia um saldo devedor de 48,024; uma prestação devida de 8,1 e a Prefeitura conseguiu pagar 2,9. O Sr. Secretário já disse aqui, no início, que conseguiu pagar 2,9 porque tinha uma dificuldade para cumprir a parcela.

Acho que vale a pena lembrar que o acordo feito com o então Prefeito Pitta e o Governo Federal trazia uma cláusula meio que draconiana para os municípios, e que era a cláusula que se a Prefeitura não pagasse um valor a mais em um determinado ano, ela teria um juro maior. Isso acabou acontecendo no Governo da Marta porque exatamente naquele

período é que a cláusula estabelecia o pagamento, o que impediria a Prefeitura de investir. Aliás, o valor de investimento já era reduzido.

Acho que está posto aqui um debate, que esta Câmara tem de participar, e que é o diálogo com o Congresso, não só para o caso de São Paulo – outros municípios vivem a mesma situação - em função daquilo que foi apresentado pelo Governo Federal na época da renegociação das dívidas.

A segunda observação, Sr. Secretário, diz respeito ao quadro, que também foi apresentado por V.Exa., quanto à situação financeira da Prefeitura no dia 1º de janeiro. Pelo que entendi, o valor de 5,6 bilhões disponível, na realidade teríamos 40 milhões desse valor, diante daquilo que já havia sido comprometido ou com o Cepac ou com outras vinculações, além de Restos a Pagar.

É possível o senhor apontar, hoje, qual é a situação financeira da Prefeitura? Até porque uma das grandes preocupações do Prefeito Fernando Haddad é a capacidade de investimento – tem feito um esforço muito grande para que possamos ter, de novo, na Cidade recursos para que possam ser aplicados para a melhoria da qualidade dos serviços.

Por último, uma outra preocupação que gostaria que o senhor também pudesse fazer referência, é que a gestão passada fez um – se não estiver enganado – um acordo com o HSBC. Foi publicado no Diário de hoje que a SPDA publicou um extrato de adiantamento do contrato com o HSBC. Esse contrato foi feito no Governo passado, não sei se V.Exa. tem condições de fazer referência a ele. Queria saber se já há, por parte da Prefeitura, alguma referência de como será tratada essa questão com o HSBC.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli – PV)** – Tem a palavra o Sr. Secretário.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Muito obrigado.

Começarei pela última questão.

Esse contrato com o HSBC foi um pregão eletrônico de uma operação de

securitização de recebíveis da Sabesp – um contrato que a Prefeitura tem que receber – e seria uma operação para criar uma securitização para antecipar recursos.

É um contrato que nós, em Finanças, estamos analisando e avaliando a eventualidade de se dar continuidade com ele e fazer essa operação de recebíveis.

Indo para a questão do investimento, por causa dos juros da dívida São Paulo tem a menor poupança corrente de todas as capitais do Sudeste. Então, gera pouco resultado corrente entre receita e despesa. Isso faz com que dependamos das receitas de capital para conseguirmos aumentar nossos investimentos e, como os senhores viram, no ano passado as receitas de capital são mais difíceis de materializar. No passado, menos de dois terços da receita de capital se materializaram.

Acho que o trabalho além do trabalho junto à dívida tem de ser na materialização das receitas de capital, seja em parcerias com programas com o PAC, com o Governo do Estado e coisas desse tipo.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Não havendo mais Vereadores da douta Comissão de Finanças para se pronunciarem, passo a palavra ao líder do PSDB, Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Cumprimento a Comissão de Finanças na figura do nosso representante, Vereador Aurélio Nomura; cumprimento Sr. Presidente e os secretários presentes. Aproveito para esclarecer uma dúvida com o Secretário de Finanças que esta semana foi motivo de debate nesta Casa.

O Prefeito Haddad encaminhou projeto a esta Casa, entre outras ações propostas está o reembolso da taxa de inspeção veicular, o que já é permitido pela lei atual, lembrou bem o Vereador Paulo Fiorilo, não havia necessidade de uma lei para fazer o reembolso. Já está previsto na legislação e já foi feito no primeiro ano da inspeção pelo Prefeito Gilberto Kassab, mas o Prefeito Haddad justifica o que nós do PSDB entendemos como Robin Hood às avessas, ou seja, tirar daqueles que andam de ônibus, a pé, de bicicleta para que subsidiem a

devolução da taxa de inspeção.

O Prefeito, no entanto, argumenta, Sr. Secretário, que esse recurso seria oriundo do IPVA. O repasse do IPVA do Governo do Estado, a parcela para a Capital. Primeira pergunta, Sr. Secretário, o repasse do IPVA é fonte de receitas do tesouro municipal? Se é fonte de receita do tesouro municipal, ela é redistribuída quando entra nas contas do tesouro municipal para a Educação, quase 30%; Saúde, quase 17% e outras ações que o governo poderia estar realizando com os recursos do IPVA.

Portanto, cabe a pergunta, primeiro lugar se não é uma receita do tesouro e se utilizar parte da receita do IPVA para subsidiar a taxa de inspeção daqueles que – na cidade de São Paulo, 1/3 da população possui carro, 2/3 não possui -, e se isso também não significaria de certa forma retirar recursos da Saúde e Educação para subsidiar a inspeção veicular.

Eram esses os meus questionamentos, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Secretário.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – O repasse do ICMS é parte da receita tributária, então conseqüentemente os números são: 31% para a Educação e 15% para a Saúde. Somados totalizam menos da metade, como esse é um montante acima de bilhão de reais e como acreditamos, como os números mostrados, que a arrecadação caiu fortemente nos últimos anos, o aumento de repasse de IPVA seria da ordem de 250 milhões por ano. Então mesmo destinando todos os recursos adicionais, Saúde e Educação, que na verdade viriam a mais, seriam recursos a mais para a Saúde e Educação com o aumento do IPVA, mesmo tirando os 46% que são separados, ainda sobraria um excesso de recurso extra no tesouro para gasto, e se decisão do Prefeito poderia ser usado para o reembolso.

Então, na verdade, diria que com o aumento do IPVA é mais recurso para Saúde e Educação, e como só compromete 46% do que vem a mais, ainda sobram 54% para outras despesas.

**O SR. ANDREA MATARAZZO** – Sr. Presidente, no final do ano, para mim não

ficou claro, a disponibilidade de caixa da Prefeitura pós restos a pagar, ou seja, com quanto o Secretário assumiu o cargo na Prefeitura, com quanto de recursos em caixa neste ano, neste exercício?

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Recursos disponíveis não vinculados e não comprometidos: 40 milhões.

**O SR. ANDREA MATARAZZO** – E com os comprometidos e vinculados?

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Com os comprometidos e vinculados, um total de 5.6.

**O SR. ANDREA MATARAZZO** – Mais do que os seis mil reais que o PSDB assumiu em 2005, depois da gestão da Prefeita Marta Suplicy. Só para dizer que a Prefeitura foi transferida em bom estado para esta gestão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, é interessante o debate que propõe o Vereador Andrea Matarazzo. Durante os quatro anos, dois anos do Governo Serra e dois anos do Governo Kassab, e depois os outros quatro, a Cidade percebeu que a política implementada por eles foi a de guardar dinheiro público, de investir nos bancos particulares e não era pouco, 5, 6, 7, 8 bilhões. Interessante essa política.

Agora a gente percebe o que significou isso, por exemplo, a situação encontrada em relação às creches, à saúde. Os jornais de hoje trouxeram uma matéria que impacta todo mundo: a fila, a falta de médicos, a falta, portanto, de investimentos. Cabe ressaltar que a Prefeitura investiu mais do que o previsto na legislação. Se a previsão era de 15, a Prefeitura investiu 17. Talvez tenha investido mal, por isso ontem o debate passou pelo Hospital SAID.

É impressionante como se faz o discurso fácil para rebater os dados. Queria só fazer esse registro porque durante 8 anos vimos o montante de recurso que foi guardado e não

investido na Cidade, que tem uma carência muito grande. Dei dois exemplos: de creche e saúde, mas poderia continuar com vários exemplos, mas ficaria cansativo.

É importante o Sr. Secretário trazer a Câmara a questão dos repasses federais. Observei, quando o Sr. Secretário apresentou, que ali é onde temos uma dificuldade muito grande. Eu não sei se é possível depois o detalhamento, o que significou isso para a Cidade ao longo desses últimos 8 anos, o que a gente deixou de ter e que talvez poderíamos ter.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Gostaria que não ficasse um debate entre os Srs. Vereadores.

Vereador Paulo Fiorilo, V.Exa. pode fazer novamente a pergunta? V.Exa. fez uma explanação a respeito da fala do Vereador Andrea Matarazzo, mas o Sr. Secretário está aguardando o seu questionamento.

**O SR. PAULO FIORILO** – Só quero fazer uma correção antes da pergunta. O Vereador Andrea Matarazzo se equivocou em um número. Foram 200 milhões em caixa.

Sr. Secretário, a minha pergunta diz respeito aos recursos federais que a Prefeitura poderia obter. V.Exa. apontou que a Prefeitura não conseguiu atingir aquilo a que se dispôs. Gostaria de saber se é possível um detalhamento nessa questão dos repasses federais para o Município.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Em relação aos recursos federais, há duas vertentes: os recursos de capital e as receitas correntes. O que eu comentei é que o que foi colocado no Orçamento de 2012, de transferências, a Prefeitura, infelizmente, ficou aquém e conseguiu captar por volta de 66%. Essa é a concretização dos convênios e das transferências.

Encontraremos essa situação de novo em 2013. Tem bastante receita de capital colocada no Orçamento a qual tem de trabalhar para se conseguir viabilizar.

A segunda questão das transferências federais são as transferências correntes, que

são os recursos que vem. Segundo dados do Tesouro Nacional, os últimos dados consolidados são de 2011, não tem o de 2012 de todas as capitais, a transferência per capita que São Paulo recebia era da ordem de 100 reais por habitante. Enquanto a média do Sudeste é da ordem de 250 reais por habitante.

Isso também implicaria em uma potencial oportunidade para a Cidade conseguir capturar mais repasses federais na mesma linha das outras capitais do sudeste.

**O SR. PAULO FIORILO** – O que V.Exa está afirmando é que o *per capita* que a gente recebe poderia ser dobrado. É isso?

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Se comparado com as outras capitais, ele é a metade, então, acreditamos que conceitualmente existe uma oportunidade para se buscar.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Andrea Matarazzo.

**O SR. ANDREA MATARAZZO** – Quero só comentar que na gestão passada o Vereador Paulo Fiorilo fez algumas insinuações de aplicações de recursos em bancos privados. Eu não tenho conhecimento, se aplicou, aplicou dentro das leis e das normas legais. O que fizemos foi investimento responsável. A Prefeitura fez o que tinha de fazer pela saúde, educação, limpeza, em todas as coisas. Reduziu contratos, isso se chama, Vereador, Lei de Responsabilidade Fiscal, criada pelo PSDB sem os votos do seu partido no Congresso Nacional. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, eu não estava criticando, estava elogiando o Governo do aliado de vocês, Gilberto Kassab e V.Exa. mais uma vez tem demonstrado ingratidão, criticando o Governo que o antecedeu.

E só para concluir, foram seis mil reais no extrato bancário quando o PSDB assumiu a Prefeitura, sucedendo a Prefeita Marta, com filas de credores no entorno do Edifício Matarazzo, quando já era Prefeitura obviamente, e a Cidade abandonada.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Ficam registradas as palavras porque não

foi feita nenhuma pergunta.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Quero primeiramente cumprimentar o Secretário Marcos Cruz por estar aqui discutindo com a gente. Acho que é muito importante debater as questões da Cidade nesta audiência e não fazer uma discussão política sobre as várias administrações, lembrando que o Prefeito Gilberto Kassab foi aliado do PSDB...

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – V.Exa. está se referindo a uma questão política também.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Quero trazer uma questão que é extremamente importante acerca da capacidade de o Município recuperar receita tributária que está se perdendo. Debatemos muito a questão da fuga do IPVA, em função da questão da inspeção veicular, que tem uma previsão de um bilhão. Quero chamar a atenção para outra fuga que também acontece em São Paulo, que é do ISS. Embora o Município tenha conseguido uma recuperação significativa nos últimos anos, seja em função da má fiscalização da nota fiscal eletrônica e também de outros instrumentos importantes, nós ainda temos uma perda muito grande, com muitas empresas que atuam no município, mas que estão registradas, pagam ISS em outro município da Região Metropolitana. Muitas vezes, porque buscam ali uma alíquota mais baixa, de 2%, sendo que no Município de São Paulo se paga 5%. Isso para os serviços dentre as quais tenho uma relação muito grande, que são as empresas uniprofissionais de profissionais liberais.

Quero perguntar se existe algum estudo no sentido de modificações no que diz respeito à cobrança desse imposto e que medidas estão sendo tomadas para que possamos recuperar esse ISS, que, na verdade, está saindo do Município e isso tem um valor bastante significativo. Gostaria de saber se existem estudos a esse respeito na Secretaria de Finanças?

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – De fato a questão da chamada guerra fiscal dos municípios é importante. O nosso entendimento em finanças é que tivemos evoluções

boas nos últimos anos com algumas medidas tomadas na questão do cadastro e outras. Isso evoluiu.

No meu entender, o próximo passo importante está sendo capitaneado pelos Secretários conjuntamente na Abrasf, na Associação dos Secretários, porque exigiria eventualmente, uma mudança de lei complementar para conseguir trabalhar melhor a questão da evasão fiscal. Acho que, nesse ponto, o Município de São Paulo tem de se juntar aos outros, dentro da Abrasf, para conseguirmos trazer. Acho que essa é a principal alavanca.

Em relação à questão de áreas econômicas específicas, como V.Exa. colocou de sociedades uniprofissionais - por exemplo -, acho que tem de ser feitos estudos pontuais, caso a caso.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Nabil Bonduki.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Em relação à questão tanto do ISS como do IPTU, embora esses instrumentos sejam, obviamente, de arrecadação, eles também podem vir a ser importantes instrumentos do ponto de vista urbanísticos. Inclusive, no programa de Governo do Sr. Fernando Haddad há redução de impostos em áreas que interessam gerar emprego como no caso o Arco do Futuro e, principalmente, a periferia da Cidade como um todo. Está previsto que isso alavanque esse tipo de incentivo para poder atrair as empresas.

Está sendo feito algum estudo nesse sentido que significaria, eventualmente, do ponto de vista de perda ou de arrecadação a mais? Porque entendo que essa pode ser uma medida para atrair empresas para Município e não, simplesmente, para ter perda em função da redução da alíquota.

Quero saber se esses estudos estão sendo encaminhados.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Sim, esses estudos estão sendo feitos com o objetivo de identificar o cruzamento entre regiões da Cidade e setores da economia que possam ser incentivados para tentar fazer um casamento entre emprego e moradia, em

específico ao longo do Arco do Futuro e em relação à questão da zona Leste.

Devemos trabalhar tanto incentivos de ISS como de IPTU. Isso já existia no programa Copis-Leste, na lei aprovada pelos Srs. Vereadores há alguns anos, mas não foi implementada em escala ainda. Nossa intenção é rever essa questão e mandar um projeto de lei que seja melhor, para fornecer mais instrumentos para o desenvolvimento dessa região.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o Vereador Natalini.

**O SR. NATALINI** – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Secretário Marcos de Barros Cruz e o meu amigo João Antonio, Secretário de Relações Governamentais.

Quero fazer uma pergunta que está me deixando um pouco preocupado e confuso, porque o Prefeito Haddad tem dito e disse inclusive, na sua campanha, que a questão da Educação era uma prioridade e a prioridade das prioridades eram as vagas em creche. Isso todos nós sabemos.

Por isso, depois de 60 dias de mandato, me estranha muito que o Sr. Prefeito não tenha liberado um centavo de recursos para a construção ou continuidade de obras de 20 creches, de dezenas de escolas, de CEUs e de outros programas da Educação. Posso citar, como exemplo, a construção da CEI Regina Angelorum, da CEI do Parque São Rafael, da CEI do Conjunto Habitacional Apomi e da CEI do Jardim Colorado. Disponho do nome de 20 creches que estão na lista para iniciarem as obras ou com obras já iniciadas no ano passado com reserva de dinheiro no Orçamento de 83 milhões de reais.

Gostaria que V.Exa. nos explicasse para que pudesse clarear o nosso entendimento. Verificamos que essas 20 creches tiveram dinheiro reservado no Orçamento, zero; dinheiro empenhado – até o presente momento -, zero; dinheiro liquidado – até o presente momento -, zero e pago até hoje, zero. Com relação a reservar e a empenhar, não sabemos quanto vai ser.

Andamos pela Cidade visitando essas creches, algumas já com obras iniciadas e outras que ainda não começaram, mas que o dinheiro está no Orçamento e conversando com

os operários, mestre de obras e alguns engenheiros, nos falaram que o ritmo ali está muito lento, porque o trabalho deles não está sendo pago. São poucos operários trabalhando. Se é uma prioridade do Governo a abertura de vagas em creches - foi e ainda é, segundo as palavras do Sr. Prefeito - por que não se pagou um centavo, até o momento, para creches que terão suas obras iniciadas e para as que já estão em construção? Há vinte creches. Gostaria que o Sr. Secretário explicasse isso, para que seja tirada essa minha dúvida.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o Sr. Secretário Marcos de Barros Cruz.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Talvez essa questão mereça uma discussão com o Sr. Secretário Municipal de Educação, para aprofundar em detalhes esse assunto. O que existe é uma aproximação de creches com o MEC. Não houve entrada de recursos do MEC, no ano passado, para a construção de creches. Vamos buscar isso. Sobre as creches, em situações gerais, sugiro que haja uma discussão com o Sr. Secretário Municipal de Educação.

**O SR. NATALINI** – Sr. Presidente, digo ao Sr. Secretário que estão reservados, no orçamento, 83 milhões de reais para obras dessas vinte creches, mas nenhum centavo foi executado depois de 60 dias. De qualquer forma, vamos procurar o Sr. Secretário Municipal de Educação para esclarecermos essa situação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA** – Sr. Secretário, quero ouvir uma opinião de V.Exa., sobre o impacto nas receitas do Município. Há um projeto enviado, recentemente, pelo Executivo sobre inspeção veicular. Nele há previsão de mudança na frota-alvo. Inclusive, veículos que visitarem a Cidade, por um período de 120 dias durante o ano, passariam a ser objeto de inspeção veicular. Isso vai impactar positivamente na receita e, sobretudo, vai inibir a

evasão de recursos, em função da perda do licenciamento de veículos fora do Município de São Paulo. Por que faço esse questionamento a V.Exa.? Porque eu estive numa mesma reunião, com a presença de vários Líderes, Vereadores e o Sr. Prefeito Fernando Haddad; e percebi, claramente, que o projeto trará um impacto positivo na receita do Município, repito. Sobretudo, será valorizado o cidadão paulistano, que cuida do seu automóvel e da natureza. Ele terá de volta, integralmente, a taxa que paga pela inspeção veicular. Isso é importante, Sr. Secretário, porque há uma pegadinha feita, quando alguns comentam que há um Robin Hood às avessas, retirando de quem utiliza o transporte público para beneficiar quem utiliza o veículo. Isso é inverdade, mas temo que uma inverdade repetida tantas vezes passe a ganhar sentido de veracidade. Por isso, Sr. Secretário, é importante V.Exa. deixar claro para nós qual impacto haverá na receita da Cidade. Na minha compreensão, haverá um impacto positivo nas receitas da Cidade; mas não haverá nenhum prejuízo, nem para a Saúde, nem para a Educação, nem para nenhuma outra política pública. Haverá sim aumento de receitas. Portanto, a Saúde, a Educação e todas as demais políticas públicas terão mais recursos para serem investidos e não menos. Por isso, Sr. Secretário, é importante que isso fique bem claro, porque essa não é a primeira nem a segunda vez que, nesse plenário, inverdades estão sendo reafirmadas, como se fosse possível ludibriarem pessoas, transformando mentiras efetivas em verdades.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o Sr. Secretário Marcos de Barros Cruz.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Sob o ponto de vista da arrecadação, o que mais nos preocupa é a questão evasão de veículos para fora do Município de São Paulo. Segundo estudos, de acordo com a tendência nos últimos três anos, se não for alterado o modelo atual, o Município de São Paulo deve perder por volta de um bilhão de reais nos quatro anos, se continuar com a diferença de crescimento de veículos, comparando a nossa cidade *versus* outros municípios. Logo, se essa questão for revertida logo, de forma absoluta - talvez

isso seja difícil - de forma parcial, esse efeito, estamos falando de várias centenas a mais de arrecadação de IPVA de veículos que seriam, novamente, cadastrados em São Paulo. Isso significaria uma receita a mais para a Cidade, que poderia ser usada para diversas fontes, além de Educação e Saúde.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Arselino Tatto.

**O SR. ARSELINO TATTO** – Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças; e João Antônio, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais. Sejam bem-vindos a esta Casa. Não sei por que, mas há uma mania de se falar inverdades aqui.

Não me lembro de filas de cobradores na porta do Palácio das Indústrias na época em que o Prefeito Serra assumiu o governo municipal e logo desapareceu após ter usado a Prefeitura como trampolim para o Governo do Estado. Credores de empresas pequenas levaram um calote do governo do PSDB, mas as grandes empreiteiras não levaram calote algum. A verdade é essa.

Essa história de que a Prefeita Marta Suplicy deixou apenas seis mil reais em caixa também não é verdade.

Agora querem que o Prefeito resolva o problema da falta de vagas em creches e o problema dos hospitais apenas 60 dias após ter iniciado sua gestão? O Serra também concorreu ao cargo, mas o povo o mandou para casa e escolheu o Prefeito Haddad pelas melhores propostas.

Depois de eleito, qual foi a primeira atitude do Prefeito Haddad? Ir a Brasília conversar com a Presidente Dilma Rousseff para tentar renegociar a dívida e pedir maior atenção do Governo Federal para a cidade de São Paulo. Numa atitude ainda mais republicana, o Prefeito dirigiu-se ao Palácio dos Bandeirantes para debater com o Governador Alckmin as finanças e o destino da cidade de São Paulo. S.Exa. deveria ser elogiado por ter

feito tudo isso em apenas 60 dias.

Sobre a Controlar, houve uma evasão de divisas em relação ao IPVA, o que causou à Cidade a perda um bilhão de reais nos últimos quatro anos. A fim de que os veículos possam voltar a ser cadastrados na cidade de São Paulo, o PSDB pode ajudar a cidade de São Paulo a não perder mais esses recursos, votando o projeto da Controlar na Assembleia Legislativa. São esses recursos que deixarão de ir embora é que vão servir para ajudar a suprir a falta de vaga nas creches.

Numa demonstração de vontade política, o ex-Prefeito Gilberto Kassab deixou vários decretos publicados – quatro somente na Capela do Socorro, a meu pedido -, para a construção de creches, mas não houve tempo de viabilizar esse projeto. Apesar de o Governo Federal já ter se comprometido a mandar recursos para a construção de creches, ainda estamos trabalhando para resolver o problema sério da falta de terrenos na Cidade.

O Governo Municipal está se empenhando também na área da Habitação. Tanto é que um convênio do Município com o Estado acaba de ser assinado.

Então, acho que é muito cedo para criticarem um governo que acaba de assumir, apesar do trabalho muito sério que já vem realizando.

Tenho certeza absoluta de que o Vereador Andrea Matarazzo irá votar favoravelmente ao projeto da Controlar e de que a Assembleia Legislativa votará “sim” pela revisão do Plano Diretor para a Cidade voltar a crescer de forma ordenada. Tenho certeza de que votará nos projetos que serão encaminhados pelo Executivo, pois se trata de um Executivo sério, preocupado não só em recuperar as finanças da Cidade, mas com o problema da Cracolândia. Aquela postura de pôr PM para espalhar os viciados criando várias Cracolândias não é o caminho.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli - PV) – Nobre Vereador, feito o registro.**

**O SR. ARSELINO TATTO (PT)** - Agradeço, Sr. Presidente, mas não posso ouvir fatos que não aconteceram. Não tinha fila de credores. Os que estavam eram os pequenos que levaram calote do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli - PV)** – Da mesma forma que dei a palavra ao nobre Vereador para fazer um registro, deixei também a palavra com o Governo. Srs. Vereadores se for para debatermos essas questões, o faremos na Comissão de Finanças e Orçamento.

Tem a palavra a nobre Vereadora Sandra Tadeu.

**A SRA. SANDRA TADEU (DEM)** – Boa tarde Sr. Presidente, Sr. Secretário Marcos, Sr. Secretário João Antonio, Srs. Vereadores e Vereadoras e público presente, até o ano passado não havia uma conta separada do Fundo Municipal de Saúde. Lutávamos muito para separarmos uma conta e termos o talão de cheque.

Sr. Secretário, ouvimos muito falar sobre a questão da saúde nos jornais, de que 30% das UTIs Pediátricas estão paradas por falta de médicos. Afirmando a V.Exa. que, mesmo com todo o Orçamento da Cidade na área da Saúde, os problemas não se resolverão se não houver o plano de carreira para o médico.

Hoje a Prefeitura não consegue contratar médicos, primeiro porque há a falta de algumas especialidades ocasionando esse caos. As próprias Organizações Sociais têm dificuldades de contratar profissionais mesmo algumas delas pagando 14 mil reais para um médico de saúde da família.

Pergunto se V.Exa. tem conhecimento desse assunto e, se não tem conhecimento, gostaria que na próxima visita a esta Casa no ano que vem resolvesse essa situação, porque se não houver o plano de carreira para essa categoria, dificilmente haverá uma saúde adequada para a cidade de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli - PV)** – Vou passar a palavra ao Sr. Secretário e em seguida os Srs. Vereadores se pronunciarão. As respostas serão dadas por bloco.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

**O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ** – Sim, temos consciência dos desafios na área da Saúde. Não posso responder pela Administração passada sobre o que foi desenvolvido ou pensado. É legítimo o pedido da Sra. Vereadora de se discutir, principalmente com o Secretário de Saúde, o plano de carreira do médico.

**A SRA. SANDRA TADEU (DEM)** – Mas sempre esbarra na Secretaria de Finanças. Qualquer modificação que haja na Secretaria de Saúde ou novidade que venha a ter um gasto necessário maior, nós bateremos na sua porta. Então, o que estou pedindo é que o senhor pense nesse plano de carreira porque é essencial para o andamento da Saúde da cidade de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – É que o Secretário da Saúde ainda não bateu na porta do Secretário de Finanças, mas deverá bater. Depois, então que o Secretário da Saúde bater, será nossa vez...

Passo a palavra ao Vereador Laércio Benko.

**O SR. LAÉRCIO BENKO** – Obrigado, Presidente, Sr. Secretário. Quero aqui dar uma sugestão e também fazer uma pergunta. A sugestão é que eu acredito que esta Casa, como parlamento mais importante de todos os parlamentos municipais do País, tem que se debruçar sobre importante tema.

Até o início do Governo Fernando Henrique Cardoso, as grandes vedetes da arrecadação federal eram o Imposto de Renda e o IPI, impostos com distribuição parte para os Estados, e parte para os municípios. Depois do Governo Fernando Henrique Cardoso, foram

postas em evidência duas contribuições: PIS e Cofins, que hoje representam o grosso da arrecadação federal, mas são contribuições e não impostos, assim não precisam ser repartidos entre Estados e municípios. De lá para cá, passou a ter um vaso comunicante, aquela arrecadação distribuída entre Estados e municípios se concentrou em arrecadação que fica 100% nos cofres do Governo Federal, forçando cidades importantes, como São Paulo Rio de Janeiro, cidades médias - como Campinas, Ribeirão Preto, etc - a viverem com o pires na mão junto ao Governo e terem uma queda relativa na arrecadação.

Deixo então uma sugestão, pois acredito que a Prefeitura de São Paulo tem de divulgar, de todas as formas possíveis e imagináveis, o quanto é arrecado na cidade de São Paulo, e não somente quanto aos tributos municipais – IPTU e ISS -, mas quanto aos federais – PIS e Cofins – arrecadado com o suor dos paulistanos e não volta para a gente. Temos então de divulgar pela TV Câmara, pelo Diário Oficial, pela mídia, campanhas publicitárias, tudo isso.

E a pergunta que faço se refere a uma informação. Tenho a informação de que o estoque de precatórios alimentares na esfera estadual é gigante. Um precatório alimentar estadual demora 8, 9 anos para ser pago. Então, como está o pagamento, como está o estoque de precatórios alimentares municipais?

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o sempre Presidente, Vereador Police Neto.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Muito rápido, cumprimento o Secretário, o nosso Presidente. Sr. Secretário, na realidade, busco uma orientação quanto ao primeiro projeto trazido a esta Casa pelo Prefeito, o projeto que trata da Inspeção Veicular, assunto que tem gerado muitos debates.

Tenho grande preocupação porque sei que a Secretaria de Finanças foi acionada para calcular o impacto das medidas, os custos inseridos na mudança da frota e a hipotética ampliação ou redução da frota a ser verificada. Mas o grande problema do projeto é que ele

remete à avaliação do IPT que definirá a periodicidade. Não me parece que algum técnico da Secretaria de Finanças consiga prever o que o relatório técnico do IPT vai realizar, portanto, prever o impacto financeiro para o Município. Não me parece ser possível mensurar o impacto daquilo que ainda o IPT tem que se manifestar quanto à regularidade. Não estou dizendo aqui quem vai pagar, quanto vai pagar ou o jeito que vai pagar. É que me parece haver inconsistência material. Se termos de esperar a manifestação do IPT para saber da regularidade, qual a periodicidade, não me parece que tenhamos técnicos capazes de prever o que o IPT vai falar. Portanto, parece-me que a propositura apresentada pelo Prefeito a esta Casa carece de elemento fundamental, carece da previsão do custo porque não há como se fazer sem a manifestação daquilo que o IPT – a pedido do Prefeito – vai realizar.

A maior preocupação que tenho, neste momento, e não termos a orientação precisa para avançarmos num projeto da maior importância, não só política porque o Prefeito falou na época eleitoral, mas técnica e de responsabilidade.

A segunda questão é um questionamento sobre um decreto que o nosso Secretário assinou, publicado no Diário Oficial no dia 31 de janeiro – um dos primeiros decretos que a Administração publicou –, e que infelizmente anula uma importante verba para uma importante intervenção de drenagem – o Parque Linear do Ribeirão Perus.

Falo isso porque toda prática de anulação de dispositivos orçamentários tem de prever a necessária cautela: ao anular, não se pode levar novos recursos para essa mesma rubrica que acaba por ser extinta. E a preocupação é muito mais em termos de orientação do Parlamento.

Essas medidas, discutidas e trabalhadas com a sociedade, trazidas para o plenário e deliberadas, têm de ter a cautela do Executivo, que, quando for anular, deve enxergar o processo de anulação como algo que foi construído às vezes há mais de dez anos. Além disso, o ato de anular, quando se zera, e, portanto, se extingue a possibilidade “do ano” realizar qualquer intervenção, é a maior agressão que pode fazer àquela sociedade que espera por um

benefício.

Portanto, em todo processo de anulação de uma receita já estabelecida, a sugestão é que se investigue o processo. Sei que V.Exa. foi levado a um erro. Não era necessária a anulação. Podia se deixar ali mil reais, para que depois fossem buscados outros recursos – como os recursos que estamos buscando no PAC. Ao anular, perdemos mesmo a oportunidade de termos, na cidade de São Paulo, um lago, que reservaria 600 mil m<sup>3</sup> de água, o que reduziria o impacto das chuvas, mas, muito mais do que isso, reduziria as cicatrizes produzidas por diversos piscinões, que serão, no futuro, a solução para esse espaço que ainda comporta um lago.

Então deixo a seguinte sugestão: não anulem aquilo que a Câmara produziu; essa é uma relação de respeito que tem de ser bem trabalhada entre nós.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Sr. Presidente Roberto Tripoli; Sr. Secretário Marcos Cruz; grande amigo, Deputado e Secretário João Antônio.

Vejo algumas coisas que estão acontecendo, nesses 58 dias durante os quais o Prefeito Haddad está administrando a Cidade, e fico perplexo.

Não fizeram em oito anos. Eu não sou vidente. Nos últimos quatro anos, eu falei tudo: que nada ia acontecer; e nada aconteceu. O Adilson Amadeu é vereador, é vidente, porque falou antes que não iria acontecer. Então agora, quando surgem alguns assuntos, como o da Controlar: meu Deus, seria maravilhoso se o Governo do Estado e o Governo Municipal tirassem os 2 milhões e 400 mil veículos que não pagam nada há cinco anos.

Aí temos uma fração linda, quando falam: “Ah, o IPVA está indo embora”. Paga-se um DPVAT que serve para quê? Ah, a vítima. Faleceu; óbito. Até receber demora um século. Precisaríamos rever tudo isso também.

Deixem o Governo andar um pouquinho. Eu não sou vidente, mas vou falar: as

coisas vão acontecer.

Secretário, eu estava atendendo outras pessoas, e a minha assessoria falou alguma coisa sobre as despesas contratuais, de pessoas jurídicas, que teve um aumento de 15%.

Gastaram quase 500 milhões em consultorias e auditorias. Isso serve também para o Governo estar analisando tudo isso também, essa verba que foi pelo ralo sem que nada tenha sido feito? A pergunta é mais ou menos essa: esses 15% que foram gastos em auditorias e consultorias. Se for isso, aí vai dar para espantar o mundo; não vai dar para espantar a população de São Paulo.

Estou até preocupado com a resposta do Sr. Secretário.

Era isso.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Tem a palavra o nobre Vereador Reis.

**O SR. REIS** – Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente Roberto Tripoli, os nobres Vereadores Aurélio Nomura, Paulo Fiorilo; o Secretário Cruz e o Secretário João Antônio – lembrando que o Sr. João Antônio foi o nosso líder de governo aqui na gestão da Prefeita Marta Suplicy. Quero lembrá-los que a Prefeita Marta, quando assumiu a Prefeitura, também assumiu em petição de miséria.

Por dois anos, o Governo na época, que era do Fernando Henrique, nos tratou a pão e água.

Então, não é tão simples assim. Um chega e diz: “Tinha 6 mil”, outro: “Ah, porque tinha 40 milhões”. Realmente, é bom ter os 40 milhões. O bom seria que tivesse mais.

Mas o que a população está perguntando lá fora, para nós Vereadores, é o que essa Casa pode fazer para melhorar as condições da população. Ficamos falando da gestão A, B, C, D ou E, enquanto o povo está sofrendo lá fora.

Sofrendo por falta de vagas nas creches, sofrendo por um transporte caótico.

Acho que o exercício que todos nós - os 55 Vereadores desta Casa – podemos

fazer é buscar de que forma podemos trabalhar para que haja realmente uma melhoria nas condições de vida das pessoas. Pessoas que tanto precisam de melhorias em seus bairros.

(Pausa)

- Assume a presidência o Sr. Aurélio Nomura.

**O SR. REIS** - Com relação à Controlar, temos de deixar bem claro, Sr. Presidente, que o Prefeito Fernando Haddad prometeu, em campanha, que não cobraria a taxa. Ele disse que a taxa seria custeada pelo IPVA.

Isso foi discutido e a população, ao votar no Prefeito, aprovou essa ideia.

Quando se fala de cobrar dos veículos que transitam pela Cidade por mais de 120 vezes – ou 120 dias – é justamente buscar que os veículos oriundos de outras cidades - e poluem nosso ar - paguem por isso, já que o IPVA deles não está sendo pago aqui na Cidade de São Paulo e, sim, na cidade onde o carro foi licenciado.

Então, haverá isenção, vai ter a devolução da taxa para quem tem o carro oriundo da Cidade de São Paulo e o veículo não está poluindo, sim. Mas o que pegou o carro e licenciou lá em Itapeirica da Serra para deixar de recolher o IPVA em São Paulo, esse sim, terá de arcar com esse custo.

**A SRA. EDIR SALES** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Nobre Vereadora, já encerramos as inscrições e o último orador é o nobre Vereador Toninho Vespoli.

**A SRA. EDIR SALES** – Gostaria de falar como Líder da bancada do PSD.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Deixarei V.Exa. como última a falar, pois, na realidade, é isso é uma reunião da Comissão de Finanças e Orçamento. Não é uma reunião mais ampla.

**A SRA. EDIR SALES** – Mas todos os Vereadores estão aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Sim, abrimos para todos os Vereadores, mas o nosso Secretário tem compromissos já assumidos e ele nos pediu a gentileza de

encurtarmos o máximo possível.

**A SRA. EDIR SALES** – Prometo que serei breve.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Por gentileza, então. Passo a palavra ao nobre Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Saúdo todos os Secretários, todos os Vereadores e a todos presentes nessa audiência pública.

Sr. Secretário, o que indagarei não responde, é claro, só à sua Pasta, mas sua Pasta, essencialmente, é importante para essa decisão.

V.Exa. colocou que o Orçamento aumentou 10% - aumento real – de 2011 para 2012. Imagino que isso deve ter acontecido em aumento real também nos oito anos que antecedeu esse ano citado aqui.

Também foi apontado por V.Exa. que o limite para os funcionários receberem é 60% do Orçamento, que hoje está na faixa dos 35%.

Acho que todas as políticas públicas dependem, realmente, dos funcionários serem bem remunerados e terem condições de trabalho. E também que, na verdade, nos últimos anos, os funcionários estão com 65% de defasagem em seus salários, pois vêm recebendo só 0,01.

Gostaria de saber se há algum plano ou medida a ser tomada, neste ano ainda, para quebrar essa questão. Ou seja, conseguir, não dar aumento real, mas compensar a defasagem dos funcionários públicos municipais. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra a nobre Vereadora Edir Sales.

**A SRA. EDIR SALES** – Sr. Presidente, serei breve. Cumprimento S.Exa. o Secretário de Finanças; o nosso querido e sempre amigo Secretário João Antonio, ex-Vereador

e hoje Deputado; o Presidente da Mesa Vereador Aurélio Nomura; o Presidente da Casa, querido Vereador José Américo, e todos os demais Vereadores e Vereadoras que participaram desta audiência pública ouvindo atentamente as explanações do Sr. Secretário.

Qual seria minha solicitação, minha sugestão? O ex-Prefeito Kassab trabalhou muito, e acompanhamos muito bem seu trabalho. Nós que percorremos a periferia – principalmente a zona Leste, região onde milito – temos visto resultados brilhantes: CDCs reformados, praças revitalizadas, construção de creches, de UBSs, de CAPs etc. Muitos atendimentos foram feitos através do governo anterior. Então, não podemos, agora, perder a cordialidade, a mesma cordialidade que o ex-Prefeito tem tido com V.Exa. e com todo o governo atual. O ex-Prefeito Kassab fez uma transição com uma cordialidade invejável, conhecida nacionalmente. Portanto, acho que seria bom que continuássemos com essa cordialidade, e falo hoje como Líder do PSD, que representa nesta Casa oito Srs. Vereadores, a terceira maior bancada da Câmara Municipal. Gostaríamos que fosse dada continuidade a esse tratamento de cordialidade que V.Exas. receberam desde a transição do governo até agora. Eis nossa vontade, eis nossa intenção, eis nosso sentimento de justiça, que queremos ver presente durante os quatro anos de mandato de V.Exas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, quero dirigir uma última pergunta ao Secretário Marcos Cruz. Chega-nos, de várias formas, uma preocupação da área da cultura. Aliás, vários Vereadores desta Casa receberam *e-mails* de artistas que se envolveram com a aprovação do orçamento para o VAI - Programa para a Valorização de Iniciativas **Culturais em dezembro do ano passado. Graças à nossa articulação, conseguimos ampliar o**

orçamento desse programa na Secretaria Municipal de Cultura. No entanto, o orçamento foi congelado, creio, na sua quase totalidade. Há uma solicitação de pessoas do meio cultural, interessadas em que sejam aprovados os projetos passíveis de receber recursos do VAI; assim, o quanto antes forem descongelados os recursos, melhor para o funcionamento do programa até o final do ano.

Meu questionamento ao Sr. Secretário é especificamente em relação a esse programa, pois, até como Vice-Presidente da Comissão de Educação, necessito prestar contas a toda essa militância da cultura na cidade de São Paulo que nos cobra o descongelamento dos recursos do VAI. Aliás, esse programa é também muito incentivado pelo Vereador José Américo. Nobre Vereador, o VAI da Cultura está com praticamente todos os seus recursos congelados, e precisamos lutar para reverter isso.

Muito obrigado, Sr. Secretário. Aproveito para parabenizá-lo pela sua vinda a esta Casa, ao lado do Secretário João Antônio.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Passo a palavra ao Secretário Marcos Cruz.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Obrigado, Presidente.

Tentarei responder as últimas perguntas feitas, começando pelas primeiras.

Em relação aos precatórios, o estoque atual de precatórios da Prefeitura é da ordem de 18 bilhões de reais, dos quais aproximadamente 50% são alimentares. No ano passado, foram pagos 2,5% da receita em precatórios; para este ano, o plano é pagar 2,7%, em linha com as orientações da CNJ, que visa acabar com o estoque de precatórios em 15 anos.

Sobre a segunda pergunta, relativa aos contratos de consultoria e auditoria, ampliarei um pouco a resposta. O que o governo está fazendo é uma revisão geral dos

**contratos. Acho que, numa nova gestão, é uma prática saudável e, de certa forma, até tradicional reverem-se os contratos de todos os tipos, incluindo os de consultoria e auditoria, mas não só esses.**

**Em relação aos diversos questionamentos feitos sobre congelamento de recursos, não só do VAI, mas também de outros programas, o congelamento é necessário no começo do ano porque, como os senhores viram, no ano 2012, infelizmente a receita não se materializa no mesmo nível do orçamento.**

No ano passado, ficaram faltando quase 2 bilhões de reais. Então, é necessário um exercício de congelamento, que tem de ser feito logo no início do ano, mas acredito que agora é legítimo todo o processo de debate nesta Casa, junto ao Governo Executivo, para conforme as receitas forem se materializando que os descongelamentos vão sendo feitos ao longo do processo.

E por último sobre funcionais. Acredito que a Secretaria de Planejamento está trabalhando sobre isso e no momento oportuno irá trazer para esta Casa.

Agradeço a presença de todos. O objetivo hoje aqui era passar o balanço fiscal de 2012. Espero que tenha respondido com maior transparência. Tentei fazer de forma mais técnica possível e aguardo os senhores, em outra oportunidade, estar aqui novamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Muito obrigado. Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, apenas para complementar minha informação. Vou passar as mãos de V.Exa. o relatório do balanço financeiro de 2004, assinado pelo Sergio Toyota, Diretor de Divisão Técnica; José Mateus Placido, Departamento da Contadoria e o Secretário Municipal Mauro Ricardo Machado Costa, que atesta o balanço do final da gestão Marta, recursos na ordem de 358.685 mil. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Agradeço o nobre Vereador Paulo Fiorilo e peço a assessoria que coloque a disposição dos Srs. Vereadores que necessário for.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro encerrada os trabalhos da primeira audiência pública que esta comissão realiza, em cumprimento ao dispositivo do art. 9º do & 4, da Lei de Responsabilidade Fiscal , que determina que até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro, o Poder Executivo, deverá demonstrar e avaliar o cumprimento das notas fiscais de cada quadrimestre.

Estão encerrados nossos trabalhos.

